

Combate à pandemia requer que profissionais da saúde recebam cuidados

O sistema de saúde está entrando em colapso em todo o país por causa da covid-19. Não bastasse o crescente número de pacientes que pressiona o sistema, há ainda o afastamento dos profissionais de saúde, o que agrava o quadro dos impactos da pandemia no país. No estado de São Paulo, 7 mil trabalhadores de saúde pública estão afastados por casos suspeitos ou confirmados da doença. E há ainda os afastamentos por estresse.

O quadro de afastamento revela que para vencer a pandemia é preciso também cuidar dos profissionais de saúde. Em muitas circunstâncias, esses profissionais têm que lidar com uma doença nova em meio à falta de equipamentos de proteção. O medo da contaminação é real.

O canal no YouTube O Planeta Azul entrevistou o professor do Instituto de Psiquiatria da USP, Ricardo Amaral, que fala sobre como esses profissionais lidam com o estresse e outros desgastes provocados pela pandemia e os perigos dessa nova realidade da saúde.

Há muitos fatores que devem ser trabalhados para reduzir o estresse dos trabalhadores de saúde. O professor destaca em primeiro lugar os treinamentos, a



preparação de leitos e de pessoas de atendimento.

Os equipamentos de proteção individual também são fundamentais porque garantem mais segurança na exposição do profissional ao risco de infecção. Há também questões importantes relacionadas à jornada de trabalho, explica o professor. “É preciso ter um desenho claro, e pessoas que estejam preparadas para substituir possíveis faltas. É comum o profissional, depois de um plantão de 12 ou 24 horas não saber se vai contar com alguém para substituí-lo”, afirma.

Ele diz também que outra questão chave é a comunicação. “As pessoas precisam ter orientação clara. E além de receber informação precisam ter canais abertos

para esclarecimento de dúvidas, até para eventualmente falar de situações de desgaste, problemas que foram observados”, afirma, lembrando que a medicina sempre evoluiu historicamente diante dos problemas e desafios.

Escrito por: Redação RBA

SALVAR O

V SUS

Para que possamos continuar salvando vidas

- * Revogação da EC 95;
- * Valorização dos Profissionais de Saúde;
- * EPI's e preservação dos salários.

Essencial é todo o serviço público.
Nenhum direito a menos!





NOTA DE PESAR

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro Wagner Baldez, servidor Aposentado em São Luís, que faleceu no último dia 08 de maio.

SINDSEP

RADIO WEB

Você **24 horas** antenado no que acontece no mundo!

Nossas notícias, convocações, avisos, campanhas e muito mais escutando suas músicas preferidas.

BAIXE NOSSO APP no 

Bolsonaro tem até dia 14 para sancionar PL para que mais informais recebam R\$ 600

O Senado aprovou no dia 22 de abril o Projeto de Lei (PL) 873/2020, que amplia o auxílio emergencial de R\$ 600 para que mais categorias de trabalhadores e trabalhadoras informais consigam sobreviver durante a pandemia do novo coronavírus, mas até agora Jair Bolsonaro não sancionou a proposta. Ignora que a fome de quem está sem renda não pode esperar.

O prazo para Bolsonaro assinar o PL como está, vetar em parte ou totalmente vence na próxima quinta-feira (14). Enquanto isso, diversas categorias que não foram beneficiadas pelo primeiro projeto aprovado no Congresso Nacional continuam sem receber auxílio do governo. Entre as novas categorias profissionais que poderão receber os R\$ 600 se Bolsonaro sancionar estão motoristas e entregadores de aplicativos, taxistas, motoristas de caminhão, babás, diaristas, garçons, profissionais de estética, agricultores familiares.

A pressão, tanto da CUT e demais centrais como dos Senadores, é para que Bolsonaro sancione o projeto sem vetos. O Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, tem dito em entrevistas que o governo pode vetar a ampliação do auxílio para mais categorias e manter alterações que a Câmara fez no PL do Senado em março, como a extensão do pagamento do auxílio emergencial para mães adolescentes e pais que cuidam sozinhos dos filhos.

O falso argumento do governo para o veto à ampliação é de que essas categorias já estariam contempladas no primeiro PL que aprovou o auxílio emergencial. Mas a realidade não é bem assim.

De acordo ele, a Contag tem articulado com senadores para que Bolsonaro assine logo o Projeto de Lei e não vete nenhum ponto.

“A Contag está cobrando que Bolsonaro sancione o mais rápido possível, sem vetos, e para isso, está articulando os dois principais líderes do governo nessa discussão, os senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e o Agnaldo Ribeiro (PP-PB). Eles tentam convencer o presidente a sancionar preservando as categorias, inclusive a agricultura familiar”, diz o dirigente.

Mas nada é fácil - nem previsível - quando se trata das ações de Bolsonaro, que demora para sancionar projetos que beneficiam trabalhadores e quando assina não coloca a máquina pública para fazer a proposta funcionar, diz o dirigente, se referindo a dificuldade que as pessoas estão tendo para se cadastrar para receber o auxílio emergencial, para saber se foi ou não aprovado e até para sacar, como mostraram as filas que se formaram nas portas das agências da Caixa Econômica Federal. “É só ver o monte de filas na Caixa, as aglomerações e o que o governo tem feito para evitar, ou seja, nada efetivo”.

Para o presidente da Contag, aglomeração é o que Bolsonaro gosta de promover porque, para ele, isolamento social é ruim para economia. O que importa é salvar a economia e não vidas

Porquê incluir categorias

Segundo Adriana Marcolino, técnica da subseção da CUT do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

(Dieese), a medida que ampliou o auxílio emergencial fez um ajuste para incluir trabalhadores que, possivelmente, tivessem uma renda máxima mensal maior do que a estabelecida, que é de três salários mínimos (R\$ 3.135,00).

“Motoristas de Uber, e taxistas, por exemplo, nas grandes cidades, costumam ter um rendimento maior do que três salários mínimos, mas é necessário levar em consideração que os custos com o veículo, como manutenção e combustível, bancados pelos próprios motoristas. Assim, o rendimento real é bem menor do que isso”, explica Adriana.

Ela ainda diz que as demais categorias também seguem esse princípio. “Parte do que os trabalhadores rurais recebem é para financiar a atividade econômica que eles desempenham. As demais categorias também têm rendimento total maior que três salários, mas a renda efetiva é inferior”.

“Boa parte do que excede os três salários mínimos de rendimento é usada como investimento para poderem continuar trabalhando”, conclui Adriana.

Renda máxima

Além de ampliar para as várias categorias, o PL 873 também altera o critério de renda dos trabalhadores. Antes, quem teve rendimentos tributáveis acima de 28.559,70 em 2018, não poderia receber. Pelo projeto aprovado no Senado, esses trabalhadores poderão requerer o auxílio, mas terão de declarar os valores no imposto de renda do ano que vem (2021).

Matéria completa em cut.org.br